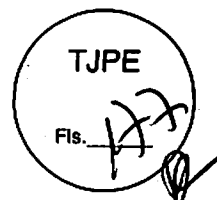




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL 1425-71.2011.8.17.0990 (282383-0) - 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE OLINDA

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: ALDENISE LEÃO CORREIA
APELADO: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PRELIMINAR DE AGRAVO RETIDO. NÃO CONHECIMENTO. APRESENTAÇÃO DE RECONVENÇÃO PELA APELANTE. CABIMENTO. REVELIA. PRESUNÇÃO RELATIVA DOS FATOS ARTICULADOS NA EXORDIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE INADIMPLENTO DO CONSUMIDOR. ILICITUDE DA CONDUTA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANO MORAL. CABIMENTO. APELAÇÃO PROVIDA PARA JULGAR A BUSCA E APREENSÃO IMPROCEDENTE E A RECONVENÇÃO PROCEDENTE.

- Preliminar de agravo retido não conhecida, diante da ausência do pedido de reiteração de julgamento do sobredito recurso quando da interposição do presente apelo pela Apelante. Inteligência do art. 523, §1º do CPC.

- Afigura-se cabível a apresentação de reconvenção em sede de ação de busca e apreensão, considerando que aquele procedimento, ao permitir a obtenção de um resultado mais amplo da demanda, atende aos princípios da celeridade e economia processual, evitando o proferimento de decisões conflitantes. Precedentes do C. STJ.

- Ocorrência de preclusão consumativa no tocante à existência de revelia, considerando que tal matéria fora suscitada pela Apelante em sede de Agravo Retido, o qual não fora conhecido, ante a ausência de reiteração do pedido de seu julgamento nas razões do presente apelo.

- A presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, na hipótese de decretação de revelia, é relativa, cedendo a outras circunstâncias aptas à demonstração da realidade, observado o contexto probatório dos autos. Inteligência do art. 319 do CPC. Precedentes do STJ.

- No caso sob exame, a Apelante demonstrou não estar inadimplente com o contrato de financiamento ora em análise, quando do ajuizamento da presente busca e apreensão, tratando-se de demanda desvinculada de qualquer descumprimento de obrigação contratual pelo consumidor.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

- Ocorrência de dano moral decorrente da i) apreensão indevida do veículo objeto do supracitado contrato de financiamento, do ii) constrangimento do particular perante terceiros quando do cumprimento da correspondente medida confiscatória, bem como da iii) negativação irregular do nome da Apelante em órgão de restrição ao crédito, com fundamento em débito inexistente.
- Provimento da apelação, para i) julgar improcedente a ação de busca e apreensão, observada a ausência de inadimplemento da Apelante com o negócio objeto da lide, determinando a imediata devolução, ao particular, do bem constrito e ii) julgar procedente a reconvenção, condenando o Apelado ao pagamento de danos morais no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros moratórios a partir do evento danoso, determinando, ainda, a exclusão, pelo instituição financeira, do nome da Apelante dos órgãos de restrição ao crédito, em razão de débito relativo ao indigitado contrato de financiamento.

ACÓRDÃO

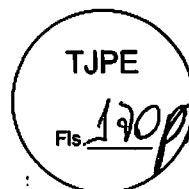
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **NÃO CONHECER A PRELIMINAR DE AGRAVO RETIDO E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, JULGANDO IMPROCEDENTE A AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E PROCEDENTE A RECONVENÇÃO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

**APELAÇÃO CÍVEL 1425-71.2011.8.17.0990 (282383-0) - 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE OLINDA**

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: ALDENISE LEÃO CORREIA
APELADO: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

R E L A T Ó R I O

Trata-se de apelação interposta contra sentença (fls. 137/138), a qual julgou o pleito procedente, determinando a busca e apreensão do veículo Fiat Palio EX, placa KLX-5339, com a consequente rescisão do contrato de financiamento firmado para a aquisição do aludido bem, extinguindo, ainda, a reconvenção ajuizada pela ora Apelante, por carência do direito de ação, considerando ser "incompatível a propositura de reconvenção em sede de ação de busca e apreensão".

A presente demanda reporta-se à Ação de Busca e Apreensão na qual o ora Apelado visa à constrição do veículo Fiat Palio EX, placa KLX5339 (fls. 27), bem este adquirido mediante contrato de financiamento firmado em 19.01.2010 (fls. 17/20), no valor de R\$ 6.975,82 (seis mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), com primeiro vencimento em 19.02.2010 e término da obrigação em 19.01.2013.

Sustenta o Apelado, na exordial (fls. 02/03), que a ora Apelante passou a inadimplir o negócio a partir da parcela com vencimento em 19.09.2010, perfazendo uma dívida, atualizada até 08.02.2011 (fls. 25/26), no importe de R\$ 6.287,04 (seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e quatro centavos), restando manifesta, portanto, a necessidade de apreensão do sobredito automóvel.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Intimada para contestar (fls. 31/32), a ora Apelante apresentou reconvenção (fls. 46/53), pugnando, em síntese i) inexistir parcela inadimplida no sobredito contrato, observada a quitação de todas as faturas vencidas até a data da lavratura do respectivo auto de busca e apreensão (16.03.2011 - fls. 38), conforme comprovantes anexos aos autos (fls. 56/61), restando ilegal o vencimento antecipado da totalidade da dívida e ii) ocorrência de dano moral, diante do constrangimento sofrido pelo particular perante vizinhos com o cumprimento do indigitado mandado constritorio, bem como o fato de seu filho estar internado à época do fato (declaração médica - fls. 62) e a negatização indevida do seu nome perante o SERASA em razão do aludido débito (fls. 64).

Contudo, o julgador primevo decretou a revelia da ora Apelante no feito originário (fls. 66), considerando que esta apresentou apenas reconvenção e não contestação, asseverando, na sentença (fls. 137/138), que aquele procedimento é incompatível à ação de busca e apreensão, observado o rito especial desta (Decreto-Lei 911/69), julgando, por conseguinte, procedente a demanda, em virtude da "presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial".

Contra a decisão que decretou a revelia da ora Apelante (fls. 66), fora interposto Agravo Retido pela sobredita parte (fls. 68/69).

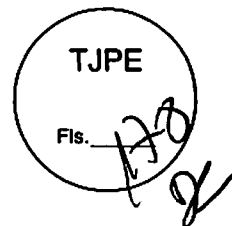
Em suas razões recursais (fls. 141/145), a Apelante suscita a i) inexistência de revelia no caso sob exame, observado o cabimento da reconvenção como meio de defesa nas ações de busca e apreensão; ii) presunção relativa de veracidade dos fatos narrados na exordial, ainda que decretada a revelia e iii) violação ao princípio da ampla defesa, considerando que o Juízo singular não oportunizou ao particular o direito de impugnar a contestação à reconvenção manejada pelo ora Apelado.

Contrarrazões (fls. 149/161), pugnando pelo improvimento do recurso. É o relatório. À Revisão. Recife, 17/12/12


Des. Cândido J F Saraiva de Moraes - Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 1425-71.2011.8.17.0990 (282383-0) - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE OLINDA

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: ALDENISE LEÃO CORREIA
APELADO: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A

V O T O

PRELIMINAR DE AGRAVO RETIDO

Desde logo, observo ter a Apelante interposto Agravo Retido (fls. 68/69) contra decisão de fls. 66, que decretou a sua revelia na demanda originária, não obstante tenha apresentado reconvenção (fls. 46/53), a qual, no seu entender, constitui regular meio de defesa.

Com efeito, conforme o art. 523, §1º do CPC, a apreciação do Agravo Retido está condicionada à reiteração do pedido de julgamento nas razões ou na resposta ao recurso de apelação, sob pena de não conhecimento da irresignação.

No exame das razões do presente apelo, constato que a Apelante não se manifestou quanto à apreciação do sobredito Agravo Retido.

Por tais razões, **NÃO CONHEÇO** do Agravo Retido.

É como voto.

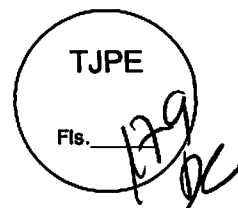
Recife,


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



MÉRITO

Analiso, inicialmente, a matéria relativa à *compatibilidade da apresentação de reconvenção na ação de busca e apreensão*.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento no sentido de ser cabível o manejo de reconvenção em sede de ação de busca e apreensão, considerando que aquele procedimento, ao permitir a obtenção de um resultado mais amplo da demanda, resolvendo todas as pendências entre as partes daquela relação jurídica, atende aos princípios da celeridade e economia processual, evitando, inclusive, o proferimento de decisões conflitantes.

Ademais, o que caracteriza a especialidade do rito da ação de busca e apreensão decorrente de alienação fiduciária é apenas a possibilidade de concessão de liminar, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei 911/69¹, não se vislumbrando com tal peculiaridade óbice ao manejo da reconvenção, a fim de se discutir matérias correlatas ao sobredito procedimento constritório.

Sobre o tema, observe-se a jurisprudência do C. STJ:

.....

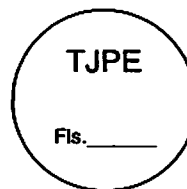
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 42 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 DO STF. RECONVENÇÃO EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CABIMENTO. ALTERAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. (...)

2. A alegada violação do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor esbarra no óbice intransponível da falta de prequestionamento, pois tal matéria não foi objeto de debate ou deliberação pelo Tribunal de origem, nem foram opostos embargos de declaração no intuito de suprir tal lacuna. À luz do enunciado sumular n.º 282/STF, é inadmissível o recurso especial que demande a apreciação de matéria sobre a qual não tenha se pronunciado a Corte de origem.

¹ Art. 3º. O Proprietário Fiduciário ou credor, poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



3. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, cabe reconvenção em ação de busca e apreensão. Incidência da Súmula 83/STJ, aplicável por ambas as alíneas autorizadoras.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1330819/RO, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 06/05/2011) (g.n)

.....

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DECRETO-LEI Nº 911/69. RECONVENÇÃO. CABIMENTO, MESMO ANTES DO ADVENTO DA LEI Nº 10.931/2004. ECONOMIA E CELERIDADE PROCESSUAIS. EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Tendo em vista as modificações que a ação de busca e apreensão sofreu desde a edição do Decreto-lei nº 911/69, com a evolução do sistema do Código de Processo Civil, o cabimento da reconvenção na busca e apreensão corrobora a consecução da efetividade da prestação jurisdicional, garantindo a celeridade e a economia processuais, diante da resolução, em um mesmo processo e sentença, de todas as questões relativas ao contrato de alienação fiduciária.

2. A Lei nº 10.931/2004 somente trouxe ao ordenamento jurídico um direito do réu na ação de busca e apreensão que a jurisprudência expressamente já reconhecia, não sendo aplicáveis as limitações do art. 3º, § 2º, do Decreto-lei nº 911/69 nem mesmo a processos anteriores ao advento da novel legislação.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 266.517/RS, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2007, DJ 20/08/2007, p. 282) (g.n)

.....

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. RECONVENÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. ADMISSIBILIDADE. ART. 315 DO CPC.

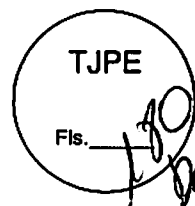
- Consolidou-se o entendimento no STJ de que é admitida a ampla defesa do devedor no âmbito da ação de busca e apreensão decorrente de alienação fiduciária, seja pela ampliação do objeto da discussão em contestação, a partir do questionamento a respeito de possível abusividade contratual; seja pela possibilidade de ajuizamento de ação revisional do contrato que deu origem à ação de busca e apreensão, que, por sua vez, deve ser reunida para julgamento conjunto com essa.

- Nada impede – e é até mesmo salutar do ponto de vista processual – o cabimento de reconvenção à ação de busca e apreensão decorrente de alienação fiduciária, para pleitear a revisão do contrato, bem como a devolução de quantias pagas a maior. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 801.374/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/04/2006, DJ 02/05/2006 p. 327) (g.n)

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Pereira de Moraes



Portanto, diante da possibilidade de apresentação de reconvenção pela ora Apelante, como acima explicitado, merece reforma a sentença guerreada (fls. 137/138), cabendo a regular apreciação do sobredito procedimento, não havendo falar em extinção do feito por carência do direito de ação.

Contudo, observada a faculdade conferida ao julgador pelo art. 515, §3º do CPC², o qual admite o julgamento da lide pela 2ª instância, nas hipóteses de extinção do feito sem resolução do mérito, desde que se trate de matéria exclusivamente de direito, apreciarei, desde logo, as razões formuladas na ação de busca e apreensão juntamente com as suscitadas na reconvenção.

Ora, o Juízo singular, no julgamento da ação de busca e apreensão, entendeu pela sua procedência considerando que, em sendo o réu revel, há presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial, nos termos dos art. 319 do CPC³.

Observe, inicialmente, que se operou a *preclusão consumativa* sobre a matéria referente à existência de revelia na hipótese em apreço, considerando a reconvenção como meio de defesa cabível, pois tais argumentos foram suscitados pela ora Apelante no Agravo Retido por ela interposto (fls. 68/69), o qual sequer fora analisado, diante da ausência de reiteração do seu julgamento quando do manejo do presente apelo (art. 523, §1º), conforme preliminar anteriormente decidida.

Contudo, mesmo se considerada a revelia, entendo que a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial é relativa, cedendo a outras circunstâncias aptas à demonstração da realidade, restando indevida a procedência do pedido sem a consideração de contexto probatório dos autos, unicamente em razão da ocorrência do sobredito instituto.

Em tom uníssono, é o posicionamento do C. STJ, *verbis*:

² Art. 515. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

§3º. Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

³ Art. 319. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Pereira de Moraes

TJPE

Fls. _____

.....

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. REVELIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA NOVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 71STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1 - Não foi demonstrada a violação do art. 535 do CPC. Afigura-se dispensável que a Corte local venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais.

2 - A ausência de contestação não tem como consectário lógico e necessário a procedência do pedido, uma vez que a presunção de veracidade dos fatos alegados é relativa e pode ceder diante da análise que o magistrado faz de outros elementos e provas dos autos.

3 - Alterar a conclusão do acórdão recorrido, para entender-se configurada a novação nos termos requeridos em recurso especial, demandaria interpretação de cláusula contratual e revisão do acervo fático-probatório, o que é vedado pelas Súmulas 5 e 7/STJ.

4 - Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1211527/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 10/05/2011, DJe 13/05/2011) (g.n)

.....

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. ENERGIA ELÉTRICA. REVELIA. EFEITOS. ARTIGO 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

1. A presunção da veracidade dos fatos alegados pelo autor é relativa. O alcance do artigo 319 do Código de Processo Civil deve ser mitigado, porquanto a revelia não induz obrigatoriamente à procedência do pedido inicial, que dependerá do exame pelo magistrado de todas as evidências e provas dos autos. Precedentes.

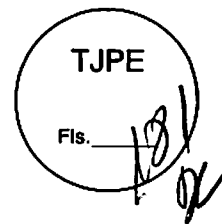
2. Recurso especial improvido. (REsp 689.331/AL, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/2006, DJ 13/03/2006, p. 266) (g.n)

.....

Ora, na hipótese em apreço, o Apelado alega o inadimplemento da Apelante, a partir da parcela com vencimento em 10.09.2010, do contrato de financiamento (fls. 17/20) firmado para a aquisição do veículo Fiat Palio EX, placa KLX5339 (fls. 27), crédito este no valor total de R\$ 6.975,82 (seis mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), o que originou o pedido de busca e apreensão do indigitado automóvel.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Carneiro de Moraes



Contudo, a ora Apelante trouxe aos autos prova do pagamento da supracitada parcela, bem como de todas aquelas que se venceram até a data do cumprimento do respectivo auto de penhora (16.03.2011 - fls. 38), conforme comprovantes juntados ao feito (fls. 56/61), corroborando, portanto, a inexistência de débito exigível mediante a ação de busca e apreensão em análise.

Ressalte-se que o Apelado, na sua contestação à reconvenção apresentada pela Apelante (fls. 71/123), não impugnou os sobreditos comprovantes de pagamento, reportando-se apenas a aspectos gerais do contrato (legalidade da metodologia de cálculo dos juros aplicada, da incidência da comissão de permanência, da taxa de administração e de abertura de crédito), o que denota inexistir qualquer mácula na prova de quitação apresentada pelo consumidor.

Em assim sendo, resta manifesta a ilicitude da conduta do Apelado, o qual ajuizou ação de busca e apreensão desvinculada de qualquer descumprimento de obrigação contratual pela Apelante, cabendo à instituição financeira manter o controle das prestações pagas, a fim de evitar cobranças indevidas ao consumidor.

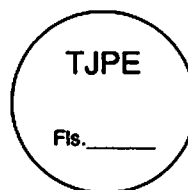
Se assim não o fez, deve responder pelos danos morais decorrentes, principalmente, do desapossamento injusto do bem em desfavor do particular, tratando-se a responsabilidade sobre tal indenização de risco inerente à atividade negocial.

Ressalte-se que o dano moral não decorre da simples propositura da ação, mas da efetiva apreensão do bem sem que se demonstrasse a regularidade da medida requerida, violando o direito da Apelante de usufruir do veículo constrito, bem como provocando constrangimento do particular perante seus semelhantes, quando do cumprimento da referida medida confiscatória.

Sobre o tema, colha-se o posicionamento da jurisprudência pátria, *verbis*:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Faria de Moraes



.....

APELAÇÃO CÍVEL - DANOS MORAIS - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - COISA JULGADA - AJUIZAMENTO DE BUSCA E APREENSÃO - DÉBITO QUITADO ANTERIORMENTE - LIMINAR CUMPRIDA - NEGLIGÊNCIA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. *A coisa julgada material implica imutabilidade da decisão transitada em julgada, impedindo a apreciação em nova ação quanto a mesma matéria. Provoca dano moral a propositura de ação de busca e apreensão com o cumprimento de liminar de apreensão do bem quando o débito já se encontrava quitado, na medida em que viola o direito do contratado de usar e gozar do bem, submetendo-o a procedimento vexatório. O valor da indenização deve mostrar-se suficiente para reparar o dano do ofendido e servir como meio didático ao condenado para não reitar a conduta ilícita, mas não tão elevado de forma a consistir vantagem desmedida para o ofendido, de acordo com as particularidades do caso submetido ao crivo do Judiciário. (TJMG, Apelação Cível 1.0433.07.221697-4/002, Rel. Des.(a) Marcelo Rodrigues, julgamento em 22/07/2009, publicação da súmula em 03/08/2009) (g.n)*

.....

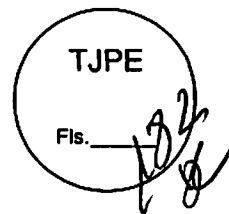
DANO MORAL. AJUIZAMENTO DESCABIDO DE AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. HONORÁRIOS.

- 1 - Não cabe ação de busca e apreensão de veículo objeto de alienação fiduciária se o devedor fiduciário, antes do ajuizamento da ação, já havia quitado a dívida.*
 - 2 - Age com culpa, manifestada pela negligência, instituição financeira que ajuíza ação de busca e apreensão em desfavor do contratante por débito inexistente, caso em que causa dano moral passível de indenização.*
 - 3 - Na fixação da indenização por danos morais deve se levar em conta, além do nexo de causalidade (art. 403, do cód. civil), os critérios de proporcionalidade e razoabilidade na apuração do quantum, atendidas as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado.*
 - 4 - Honorários fixados em valor razoável, considerando-se o trabalho desenvolvido pelo advogado, a complexidade da causa e o tempo de transcurso do processo, devem ser mantidos.*
 - 5 - Apelação não provida. (TJDFT, Acórdão n. 578737, 20070610052905APC, Relator JAIR SOARES, 6ª Turma Cível, julgado em 11/04/2012, DJ 19/04/2012 p. 225) (g.n)*
-

Ademais, o Apelado inscreveu indevidamente, em 19.09.2010, o nome da Apelante em órgão de inscrição ao crédito (fls. 64), exigindo-se o montante de R\$ 7.184,88 (sete mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), referente à totalidade do financiamento concedido no contrato ora impugnado, o que por si só gera dano moral *in re ipsa*.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Salvete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



Neste ponto, destaque-se que, não obstante haja negativação formalizada por outra empresa em nome da Apelante (Banco IBI S/A - R\$ 728,18 - fls. 64), resta afastada a incidência da Súmula 385/STJ⁴ à hipótese em apreço, haja vista que esta se aplica apenas em casos de preexistência de inscrições legítimas.

Inexistindo comprovação da legitimidade da dívida inscrita por terceiro em desfavor da Apelante, e se tratando de relação de consumo, cabível a inversão do ônus da prova, com base no art. 6º, VIII do CDC, observada a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do consumidor, não tendo o Apelado trazido aos autos a demonstração da regularidade do supracitado débito formalizado por empresa diversa.

Em assim sendo, provado o acontecimento danoso, bem como a responsabilidade do Apelado no referido evento, o dano moral fica evidenciado sem a necessidade de qualquer outra prova, prevalecendo o entendimento de que basta a demonstração do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do ofensor para que surja o dever de indenizar, condições essas satisfatoriamente comprovadas no caso em epigrafe.

Assentado o dever de indenizar, registro que o valor da indenização deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo no agente do ilícito impacto suficiente para dissuadi-lo de igual procedimento, forçando-o a adotar cautela maior em situações como a descrita nestes autos. Por outro lado, o dano moral não pode e não deve ser causa de enriquecimento ilícito do ofendido.

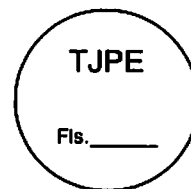
Assim, levando-se em conta os princípios que orientam a reparação do dano moral, como a situação econômica das partes envolvidas, a gravidade do dano causado e o triplice escopo da reparação - satisfativo, punitivo e pedagógico -, sem desbordar de prudentes limites e sem ensejar enriquecimento desmotivado ao lesado, *condeno o Apelado ao pagamento de danos morais no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).*

⁴ Súmula 385. Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Diante de todo o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao apelo, reformando a sentença e invertendo o ônus sucumbencial para:

- i) **JULGAR IMPROCEDENTE** a ação de busca e apreensão ajuizada pelo Apelado, diante da ausência de inadimplemento da ora Apelante no contrato de financiamento do veículo objeto da constrição, determinando a imediata devolução do bem ao particular.
- ii) **JULGAR PROCEDENTE** a reconvenção apresentada pela Apelante, condenando a instituição financeira ao pagamento de danos morais no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a incidência de juros moratórios a partir do evento danoso (data da apreensão do automóvel), nos termos da Súmula 54/STJ⁵, bem como determinar a exclusão, pelo banco, do nome do particular dos órgãos de restrição ao crédito, em razão de débito relativo ao indigitado contrato de financiamento.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

⁵ **Súmula 54.** Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio


173
PQ

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0282383-0-OLINDA/PE

DESPACHO

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 16 de janeiro 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor